

40º Encontro Anual da Anpocs

SPG 12. Encruzilhadas da teoria social contemporânea

A Bienal de São Paulo: dois desafios à teoria bourdieusiana

Juliana Closes Miraldi
Fundação de Amparo a pesquisa do
Estado de São Paulo (Fapesp)
Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)

Campinas, 2016

RESUMO

Apresentarei aqui dois desafios teóricos que emergem de um estudo bourdieusiano da Bienal de São Paulo. O primeiro diz respeito a homologia estrutural entre os campos e, o segundo, trata do problema da história, ou melhor, de como captar o um objeto em processo. Nota-se que a Bienal não pertence exclusivamente a nenhum campo social, ao contrário, cada mostra aparece como efeito objetivo da disputa entre agentes advindos de diferentes campos e que portam consigo, na forma de *habitus*, as lógicas de funcionamento dos campos aos quais pertencem. Mas como compreender este efeito se Bourdieu mesmo definindo os campos como relativamente autônomos não desenvolve os princípios a partir dos quais esta relação se dá? Demonstrarei que é possível conceber a homologia estrutural dos campos por três categorias: (a) a causalidade transitiva, que faz com que os campos se afetem mutuamente; (b) a causalidade imanente, decorrente da cinética da política da luta de classes, sempre refratada pelo grau de autonomia dos campos; e (c) as práticas de Estado que atuam como golpes de tirania. Em seguida, apresentarei o problema do processo em Bourdieu, interrogando sobre como captar objetos que fogem à relativa astaticidade de um museu, que são o efeito sucessivo e periódico das disputas entre campos que concorrem como causa complexa em circunstâncias temporais distintas, numa série histórica de acontecimentos.

Palavras-chave: Praxeologia, Campos, Temporalidade

Para uma teoria da leitura ou uma análise do discurso sociológica: a leitura sintomal

A proposta teórica aqui apresentada coloca-nos, antes de tudo, a necessidade de refletir sobre o ato de ler, compreendendo-o como uma prática histórica e socialmente determinada e, deste modo, como uma prática singular que se modifica conjunturalmente. Assim, ler Bourdieu no século XXI é, primeiramente, atender às exigências da conjuntura que se impõe numa imersão inescapável donde se lê, se escreve e se pensa; é, com isso, indagar-se sobre e pelas determinações que atravessam cada prática no campo intelectual, seu atual estado das coisas, seu *savoir-faire* e a singular historialidade de quem as pratica. É, em outras palavras, encerrar-se na atualidade das disputas de poder e de universalização do que vem a ser uma leitura ou exegese legítima da obra e dos problemas fundamentais que nos trazem os escritos de Bourdieu. Trabalhar com ele hoje é, sobretudo, trabalhar através dele: dar vida aos seus conceitos e pô-los em movimento.

O que proponho aqui é próximo ao movimento que Marx chamou de “voltar as coisas como elas são”, ou seja, um procedimento de leitura que visa recolocar o autor na conjuntura material e ideológica na qual ele produz suas obras, percebê-lo como um sujeito multideterminado – determinado é pelo seu campo de produção, pela sua trajetória

individual, por aqueles com os quais ele desenvolve relações de afeto (positivo ou negativo), etc. – e, simultaneamente, como um pesquisador em prática – o que Bourdieu chamou de *work in progress* – que busca soluções para os problemas de sua contemporaneidade formulando teses e conceitos, mas que não tem consciência antecipada ou total dos resultados que eles trarão e, por isso, reformula, se contradiz em determinados pontos e não está isento de inconsistências. Esta prática de leitura tem a vantagem de perceber as incertezas, as hesitações, as faltas, ir além do autor, ir até sua problemática, ou seja, a unidade estruturante que constitui o seu pensamento e que o singulariza.

Mesmo que a teoria da leitura empregada neste trabalho seja de inspiração althusseriana, pois Bourdieu nunca formalizou ou sistematizou suas reflexões a respeito do ato de ler, ela encontra respaldo teórico na epistemologia e na metodologia da praxeologia. Em outras palavras, ainda que não sistematizada por Bourdieu a lógica operacional da praxeologia nos fornece condições objetivas de elaborar uma teoria da leitura estritamente vinculada, senão absolutamente necessária, ao fazer sociológico, pois ela coloca em perspectiva as condições sociais da sua própria produção e da reprodução de enunciados, a fim de precisar *donde se fala* e de rastrear as funções do discurso em seus usos sociais. A tríade conceitual basilar de Bourdieu – campo, *habitus* e prática – é também todo um esforço para identificar o mecanismo de produção do discurso específico de cada posicionamento dos indivíduos, apreendendo-o nas suas determinações. Desse modo, todo o conhecimento científico – inclusive este trabalho – é sempre o efeito das múltiplas relações, mais precisamente, é o efeito da relação entre o estado atual do campo no qual ele é produzido e da posição que o agente ocupa neste campo em acordo com sua trajetória individual. É assim que, no encontro entre o campo (com seu *espaço de possíveis*) e o *habitus* (com sua *lógica de possíveis*), é efetivo, nesta combinatória, um conjunto de problemas e temas mais ou menos homogêneos sob certa e determinada conjuntura histórico-social, entretanto, diferenciando-se *cum grano salis* pelas mãos singulares de cada indivíduo.

Por isso que ler Bourdieu hoje não é jamais repeti-lo ou retornar ao mesmo. Lê-lo é uma prática socialmente determinada alinhada a conjuntura em que se lê, ou melhor, são sempre as lentes de um sujeito posicionado e datado que percorrem o texto perpassadas por diversas outras, desde aqueles que se dedicam e dedicaram à praxeologia até aqueles que

compõe o campo das ciências humanas e da filosofia. A leitura, investigação e escrituração é, nesse sentido, sempre um *aggiornamento* diferenciando-se em sua repetição.

O problema da homologia estrutural dos campos: a dinâmica diferencial dos campos

Ao utilizar a teoria bourdieusiana para analisar a história das produções das Bienais esbarra-se, imediatamente, com um problema teórico: a Fundação Bienal, enquanto instituição, não pertence exclusivamente a nenhum campo social específico, nem mesmo ao campo da arte. Sua produção é o resultado lutas sucessivas entre agentes advindos de diferentes campos como, por exemplo, o empresarial, o político, o acadêmico e o artístico, além do Estado – que, como se sabe, só pode ser identificado com o conceito de campo de maneira imprópria. Ocorre que o aparato conceitual bourdieusiano não fornece recursos teóricos para apreender um objeto que não seja exclusivo ou dominado por apenas um campo, mas constituído, ou melhor, estruturado pelo entremear de vários campos que se encontram em disputa constante ao longo da sua história. Este impasse tem como pano de fundo o problema da homologia estrutural entre os campos, problema este que Bourdieu tomou conhecimento em vida, uma vez que fora interrogado de perto sobre ele mais de uma vez (BOURDIEU; WACQUANT, 1992)¹ (EAGLETON, 1995)² (MACHEREY, 1999)³,

¹No livro *Réponses* (1992: 85) Loïc Wacquant questiona Bourdieu sobre como os diferentes campos articulam-se uns em relação aos outros, já que todos eles possuem características invariantes (regras do jogo, interesse, lutas simbólicas) e variantes (disputas específicas, capitais específicos com maior ou menor peso relativo). Bourdieu responde que apenas a análise empírica, em cada caso particular, em cada campo específico, possibilitaria a apreensão da relação que cada campo estabelece com outro; recusa, assim, uma lei trans-histórica das relações entre os campos. Em seguida, ele observa que “evidentemente, é difícil não admitir que, nas sociedades industriais, o campo econômico exerce efeitos especialmente potentes” (BOURDIEU; WACQUANT, 1992: 85. Trad. J.M.). Em todo caso, a evidência da potência do campo econômico nas sociedades capitalistas não é suficiente, segundo Bourdieu, para afirmar a determinação universal da última instância pela economia, que é, para o autor, um ponto complicado, mas que ele não chega a refutar completamente. “Mas é preciso admitir, para tanto, o postulado da determinação (universal) “m última instância” pela economia?” (BOURDIEU; WACQUANT, 1992: 85. Trad. J.M.). Note, que esta parece ser uma saída falsa para o problema, pois dizer que não existe uma lei trans-histórica que determina a relação entre os campos, associando-a imediatamente a determinação em última instância pelo econômico, não responde a questão feita por Wacquant: como os campos funcionam entre eles. Trata-se de uma pergunta epistemológica, que se refere ao mecanismo causal que a praxeologia se vale para perceber o movimento entre os corpos; uma resposta empiricista está longe de satisfazer o problema.

²Alguns anos mais tarde, numa entrevista concedida à Terry Eagleton, publicada em *Mapping Ideology* (1995), Bourdieu é questionado sobre sua enfática reação ao economicismo, deveras vigente na época de sua produção teórica. Em particular, Eagleton pergunta à Bourdieu se ele não concebera o econômico na esfera cultural, no lugar de “registrar o peso do material e do econômico na cultura” e Bourdieu assim responde: “Talvez você tenha razão. Tendo a forçar demais a mão, como dizia Mao Ze-dong, na tentativa de corrigir a tendência anterior. Nesse campo, a visão crítica dominante corre o risco de pender para o economicismo. Quanto a mim, tendo a insistir nos outros aspectos, mas talvez esteja errado. Mesmo que, em minha cabeça eu

mas que em nenhum momento respondeu de maneira satisfatória. Observarei a questão mais de perto.

Em *Razões Práticas* Bourdieu afirma que o processo de diferenciação, característico do desenvolvimento capitalista, faz com que o *espaço social* divida-se em campos *relativamente auto-nomos*, portadores de determinadas leis e regras próprias que especificam a disputa interna entre os agentes envolvidos num determinado campo em relação as disputas específicas travadas em outros campos. Assim, cada campo possui um determinado *nomos*, isto é, uma lógica interna singularizada nas práticas dos agentes. Com isso, Bourdieu logra construir claramente, através de ferramentas conceituais eficazes, a lógica interna dos campos sociais por ele analisados, contudo, se é claro o funcionamento dos campos em si mesmos, o mesmo não pode ser dito a respeito da lógica que rege os campos entre eles, afinal, os campos sociais são definidos pelo autor como relativamente autônomos de modo que salta aos olhos a pergunta: relativos a *que*? Como a praxeologia pode garantir que os diferentes campos sociais articulem-se internamente de maneira análoga e homóloga sendo que cada um deles possui regras de jogo diferentes que acabam

tenha um equilíbrio melhor, tendo a insistir, na exposição de minhas ideias, no aspecto menos provável e menos visível – de modo que talvez você tenha razão” (BOURDIEU; EAGLETON, 1996: 276-277). Neste caso a confusão se dá quando ambos os autores tomam por verdadeira a dicotomia econômico/simbólico; acabam atribuindo realidade a uma distinção formal que não se verifica na dinâmica social. Em minha dissertação de mestrado pude demonstrar que os campos sociais não são exclusivamente simbólicos ou econômicos, mas que neles, nas suas lógicas de produção, estes elementos se imiscuem. Deste modo, o peso material do econômico está registrado nos campos que são tradicionalmente concebidos como simbólicos, assim como o peso material do simbólico nas dinâmicas do campo econômico. Sem me delongar, basta constatar que o vício de tratar a lógica do mundo social em pares de oposição não pode gerar respostas adequadas ao movimento das coisas. Outrossim, responder se a determinação é do simbólico para o econômico ou do econômico para o simbólico não diz muita coisa uma vez que parte de um princípio equivocado, redutível à causalidade linear. Da minha parte, procurarei demonstrar que a praxeologia se resolve em uma causalidade estrutural, multideterminada e que a relação entre os campos obedece a esta preposição.

³ Pierre Macherey em *Histoire des dinosaures* (1999) identifica precisamente o problema da homologia estrutural, associando-a a uma carência na epistemologia bourdieusiana uma vez que a “dinâmica diferencial dos campos, se ela permite compreender como se distinguem posições no interior do campo onde elas se põe opondo-se, permanece cega ao problema da diferença entre campos que ela se contenta em justapor, sem poder fazê-los comunicarem entre si. Qual lógica liga entre eles os diferentes campos sociais, uma vez eliminada a tese de uma relação de determinação em última instância, condenada porque parece privilegiar um entre eles, subordinando univocamente todos os outros? (MACHEREY, 1999: 302-303. Trad. J.M.)”. De fato, Bourdieu condena a determinação em última instância porque a apreende como uma forma de causalidade linear, que subordina todos os campos ao campo econômico e, nesse sentido, Macherey é acertado na crítica. Porém, o equívoco de Macherey é o de não aprofundar sua investigação ao ponto de identificar uma determinação em última instância, i.e., uma determinação imanente aos campos. Procurarei demonstrar que esta determinação imanente existe a partir da política da luta de classes que como cinética atravessa todos os campos estruturando dominantes e dominados segundo a autonomia relativa de cada campo.

por privilegiar a posse de capitais distintos assegurando, assim, a posição de dominância segundo lógicas também distintas? Em termos mais abstratos, como garantir a universalidade de funcionamento dos campos preservando sua singularidade em cada tempo histórico? Agora, em termos empíricos, como apreender a lógica de funcionamento de um objeto sociológico como, por exemplo, a Bienal de São Paulo que tem por característica fundamental ser o efeito objetivo do encontro – mais tarde direi, da *sobredeterminação* – de vários campos, sem que com isso seja necessário investigar cada um deles num trabalho infundável e, em grande medida, ineficaz? O que deve ser investigado não é o conhecimento descritivo do *nomos* de um campo (ou de vários) num dado momento histórico⁴, mas o *modus operandi* da relação entre os campos em geral, procurando saber como eles se diferenciam e como permanecem.

O centro do problema é, pois, a estruturação da praxeologia como um sistema *relacional* (BOURDIEU, 1996: 9), no qual seus elementos (os agentes, os campos, as instituições, etc.) são relativamente autônomos. Ocorre que quando se diz “relativamente” se diz ao menos de duas maneiras. Uma delas que se refere ao uso adverbial que traz o significado de oposição ao que é absoluto, ao “absolutamente”, assim trazendo-nos uma ideia de “não totalmente” ou “mais ou menos”, ou melhor, a denotação de algo exterior ao que o termo se refere implicando que dele algo estabelece uma relação de dependência. Dizemos também “relativamente” tomando algo num sentido comparativo com outros elementos, i.e., em termos relativos. Em Bourdieu, os campos são *relativamente*

⁴O problema do conhecimento descritivo esta alinhado ao problema do empirismo que, em Bourdieu, é identificado com o primeiro modo de conhecimento (BOURDIEU, 2011). Descrever se distingue de conhecer – no sentido da praxeologia – por ser uma prática ligada a apreensão subjetiva de um sujeito posicionado e datado que não passa por formalizações. Ademais, a descrição, quando busca identificar as causas de um dado fenômeno, cai num fosso sem fim; pois como seria possível apreender todas as causas que contribuem para um dado efeito sendo que muitas delas são subterrâneas, inconscientes e escapam a apreensão individual? Como poderíamos investigar um objeto como a Bienal que se resolve como o entremear de diversos campos em diferentes momentos históricos, descrevendo campo por campo nas suas transformações em mais de meio século? Será que algum pesquisador, por este método, seria capaz de apreender com segurança os elementos motriz das transformações, mesmo os mais sutis, mesmo os menos aparentes que muitas vezes são mais eficazes que aqueles que saltam aos olhos? Teríamos, nesse sentido, duas soluções: ou assumiríamos a incompletude do conhecimento em ciências humanas e a investigação pararia neste ponto, o que, me parece, não satisfaz uma investigação científica e não apreende o objeto tratado, ou melhor, apreende apenas um ponto de vista, uma seleção subjetiva de elementos; e, além disso, equivale todos os enunciados sobre o mesmo fenômeno sem que seja possível confrontá-los. Ou, o que me parece absurdo, tomaríamos o enunciado produzido como o único verdadeiro, desconsiderando os outros possíveis, as causas inapreensíveis e assumir-se-ia a posição do absoluto. Nenhum destes caminhos é o que busco seguir nas minhas pesquisas. O que chamei de *dinâmica diferencial dos campos* é um esforço de formalização ainda em andamento e, por isso, com todas as falhas que uma investigação em fase inicial comporta, mas que visa apreender o princípio de funcionamento dos campos *entre eles*, sem recorrer ao método descritivo.

autônomos, assim é a autonomia que é relativa seja no sentido de que não é total, o que implica um algo que é exterior ao campo, seja no sentido de que só podemos pensar os campos uns com os outros, o que não exclui a primeira possibilidade, apenas a restringe a exterioridade aos campos mesmos.

Este é o problema que investiguei na minha dissertação de mestrado e para o qual desenvolvi três respostas possíveis que, como será possível notar, compreendem os dois sentidos de “relativo” aqui expostos e devem ser considerados necessariamente em simultaneidade. As duas primeiras, denominadas *causalidade transitiva* e *causalidade imanente*, apresentam-se como estruturas causais, isto é, como condição de existência da teoria dos campos e, a última, compreendida como *práticas de Estado*, atua como uma determinação que possui a particularidade de alterar a lógica de funcionamento dos campos em decorrência da sua particular estruturação e poder historicamente acumulado.

A causalidade transitiva

Por causalidade transitiva entendo o movimento de causação entre campos. Este implica que um campo, por exemplo, o campo artístico, sofre constantemente as influências de outros campos, como o campo acadêmico, econômico, político, etc., ou seja, os campos causam-se mutuamente e são, ao mesmo tempo, relativamente autônomos entre si. Esta movimentação pode ser observada de dois modos: (a) como decorrente do trânsito entre *habitus* ou (b) como consequência das transformações estruturais dos campos.

No primeiro caso (a), compreende-se que os agentes sociais não vivenciam apenas um campo, mas, ao longo da sua *trajetória social*, percorrem e são tomados por diferentes campos, ou seja, por diversas relações de *illusio* que formam princípios cognitivos singulares. Deste modo, o *habitus* de cada agente é constituído por essa jornada individual que intersecciona, na mesma pessoa, maneiras diversas – acordadas com os campos diversos nos quais o agente teve contato – de ver perceber e estar no mundo. Em outras palavras, a maneira pela qual a estrutura é incorporada depende de diferentes fatores que incidem sobre uma mesma individualidade biológica ao longo de sua trajetória social, a saber (i) de como o agente entra em contato com esta estrutura, (ii) da posição relativa que ele ocupa no campo, (iii) da trajetória social que ele percorreu até então, isto é, de quais campos já o estruturaram e, também (iv) da sua origem social. Deste modo, as tomadas de posição são sempre correlativas a essa trajetória social fazendo com que as estruturas dos

campos pelos quais o agente passou determinem, num complexo estruturado e singularizado no *habitus*, a visão de mundo do agente. Essa relação causal que leva em conta a estrutura organizada em sistema e a disposição marcada pela história de vida faz com que os agentes mantenham sua singularidade (isto é, que um agente jamais seja igual ao outro), mas, ao mesmo tempo, que seja possível a homogeneização dos *habitus*. A partir dessa apreensão da formação do indivíduo socializado, ou transindividualizado (BALIBAR; MORFINO, 2014) é possível compreender que agentes de um mesmo grupo ou classe tenham práticas acordadas, homogeneizadas, mas também que esses agentes, dada a particularidade de sua trajetória, tenham tomadas de posições relativamente distintas que possam alterar – sempre de acordo com as condições objetivas das relações de poder e da posição que o agente ocupa nessas relações – a estrutura atual dos campos. Observamos, assim, que os *habitus* dos agentes não podem ser correspondentes a apenas um campo, pois carregam consigo, nas disposições feitas corpo, a interiorização de regras de jogo alinhadas a cada campo no qual eles passaram e que fazem parte da sua *trajetória social*. As estruturas estruturantes dos campos que atuam (ou atuaram) em um agente são, portanto, sistematizadas e reordenadas em possibilidades práticas de ação o que torna possível, por um lado, a reestruturação do campo e, por outro, a não-reprodução social (JAQUET, 2014). Deste modo, os campos, mesmo que mantendo sua autonomia relativa são sempre espaços de disputas sujeitos às determinações estruturais intervindas de outros campos, provenientes, por sua vez, de agentes que percorreram estes outros campos e que produzem práticas alinhadas às regras do jogo do campo no qual se encontram, mas também *sobredeterminadas* (ALTHUSSER, 1965: 100) pelos diversos campos que estruturam sua visão de mundo⁵.

⁵O conceito de *sobredeterminação* de origem althusseriana é fundamental para compreender o que aqui está identificado como *dinâmica diferencial dos campos*. Em “Contradição e *sobredeterminação*” Althusser analisa o caso da Revolução Russa argumentando que a contradição fundamental (forças produtivas e relações de produção) não é suficiente para resultar, sozinha, numa “situação revolucionária” e, mais ainda, no “triumfo da revolução”. Assim, seria precisamente o acúmulo de contradições em várias instâncias e níveis que *sobredeterminadas* – tendo a contradição fundamental como ativa em todas elas – se sintetizam numa unidade de ruptura. O que tomo de empréstimo da teoria althusseriana é o raciocínio, mais que os elementos que o compõe, justamente porque esta forma de pensar encontra-se adequada ao sistema teórico bourdieusiano e não é necessário, portanto, torturar nenhum dos autores. Não é o caso de me estender sobre a pertinência do conceito de *sobredeterminação*, uma vez que creio que a exposição sobre a estruturação do *habitus* é suficiente para sustentá-lo. Porém, para mentes menos crédulas, recordo a obra *A ontologia política de Martin Heidegger* (1975) na qual Bourdieu argumenta que Heidegger havia um *habitus* estruturado no campo filosófico, mas *sobredeterminado* pela política de seu tempo. “É esse hábito que, como produto integrado de determinismos relativamente independentes, opera a integração permanente de determinações resultantes de diferentes ordens nas práticas e nos produtos essencialmente *sobredeterminados*. (BOURDIEU, 1989 [1975]:

O segundo modo (b) pelo qual a causalidade transitiva se expressa é através do movimento dos campos. Estes, dada sua autonomia relativa, possuem um limite estrutural que corresponde ao limite do seu campo de forças, ou seja, o limite no qual as regras e as disputas entorno das quais ele subsiste são aderidas e efetivadas, mais ainda, eficazes. Esse limite não é um círculo bem riscado no espaço geográfico que coloca uns fora e outros dentro, mas um espaço simbólico no qual o efeito de *illusio* que o campo põe e impõe se realiza nas práticas dos agentes. O alcance do efeito de *illusio* refere-se a determinado *grau de autonomia do campo* que corresponde precisamente ao *poder de refração* deste campo, ou seja, ao poder de impedir ou transformar as intervenções de outros campos fazendo valer as suas próprias leis⁶. Quanto menos autônomo é um campo, mais a concorrência é imperfeita, o que torna lícito que agentes e instituições ou mesmo que as transformações em outros campos intervenham na disputa e nas regras desse campo.

As partir dos escritos de Bourdieu, podemos afirmar que uma das maneiras mais visíveis da causalidade entre campos refere-se às transformações no campo escolar. O peso das transformações e das crises no sistema de ensino afetam tanto o campo político quanto o campo econômico e cultural. Em *Homo Academicus*(1984) Bourdieu mostra que o acontecimento de maio de 68 que mobilizou toda a França fora uma expressão visível da contradição entre a superprodução de diplomas e a desvalorização desses diplomas. Essas transformações são, evidentemente, provenientes do campo escolar e universitário, mas intervieram no campo político. Ademais, essa mesma relação (de

65-66). Não cheguei ainda ao ponto da argumentação no qual demonstrarei na teoria de Bourdieu a presença da contradição fundamental que cumpre o papel de última instância ou de causalidade imanente, mas podemos já iniciar o uso do conceito a fim de percebermos como as diversas determinações que constituem uma formação social são incorporadas pelos agentes e repetidas de maneira diferenciada, isto é, são reproduzidas, nas práticas sociais.

⁶ “Uma das grandes questões que surgirão a propósito dos campos (ou dos subcampos) científicos será precisamente acerca do grau de autonomia que eles usufruem. Uma das diferenças relativamente simples, mas nem sempre é fácil de medir, de quantificar, entre os diferentes campos científicos, isso que se chamam as disciplinas, estará, de fato, em seu grau de autonomia. A mesma coisa entre as instituições” (BOURDIEU, 2004 [1997]: 21). O grau de autonomia não é mesurado quantitativamente, mas qualitativamente; diz respeito ao espaço simbólico no qual o efeito de *illusio* é eficaz. Ele é parte constituinte dos campos, dos subcampos, das instituições e, ao que me parece, também dos agentes – mas este último ponto é uma hipótese e deve ser melhor investigada. Está vinculado à noção de relativo e, portanto, a um sistema relacional. Uma analogia com os campos eletromagnéticos é pertinente neste contexto. Na física os campos são definidos como a “propriedade do vazio de gerar forças” e, por este critério, são identificados pelos seus efeitos: no caso de um experimento quando os cientistas jogam, por exemplo, um pósitron num campo *x* e notam nele um movimento *a*, ao passo que se jogado num campo *y* ele terá um movimento *b*. O *quantum* do campo é dado não por um espaço fixo e delimitado, mas pela espacialidade na qual ele é eficaz. O grau de autonomia dos campos bourdieusiano seriam precisamente o limite no qual as dinâmicas, ou o movimento específico dos agentes, obedece aos princípios do campo em questão.

superprodução/desvalorização de diplomas) influencia o campo econômico na oferta e remuneração de empregos, da mesma maneira que as inovações no campo do conhecimento científico determinam a criação de novas áreas de trabalho e novos setores de produção. Por fim, podemos constatar com Bourdieu como as mudanças estruturais no campo escolar afetam as transformações no campo artístico, sendo inclusive uma das determinantes para o surgimento de novas escolas artísticas.

Assim, por exemplo, o sucesso da revolução impressionista não teria sido possível, sem dúvida, se não fosse o surgimento de um público de jovens artistas (os aprendizes) e de jovens escritores, determinado por uma “sobreprodução” de diplomas, resultante de transformações concomitantes do sistema escolar. (BOURDIEU, 1996 [1994]: 65)

Observamos assim que os campos – e agentes – encontram-se no espaço social relacionados e posicionados uns em relação aos outros. Através do conceito autonomia relativa aferimos que os campos estabelecem entre eles relações complexas e não lineares de modo que o efeito de um campo noutro campo dependerá sempre do grau de autonomia referente ao campo, do estado atual das disputas internas e dos agentes que compõe o campo com suas posições e trajetórias sociais específica. Contudo, a causalidade transitiva, ainda que responda em parte a pergunta sobre a lógica de funcionamento dos campos – apresentando-os como espaços de repetição diferenciada que se *sobredeterminam* nos *habitus* dos agentes – e confirme a hipótese de que a autonomia relativa se diz de um campo em relação a outro campo, ela não é resposta toda. Isso porque a teoria bourdieusiana apresenta indícios suficientes para que seja possível afirmar que a relativa autonomia dos campos é dada em relação a algo que é imanente aos próprios campos; a dificuldade reside, assim, em precisar o que seria este algo.

A causalidade imanente

Por causalidade imanente entendo a afecção que atravessa todos os campos, ainda que de maneira transformada pelo coeficiente de refração de cada um deles. Alguns interlocutores de Bourdieu – como os anteriormente citados Wacquant, Eagleton e Macherey – apontaram o econômico como o elemento que garantiria a homologia estrutural dos campos na teoria bourdieusiana. Por isso, este foi o primeiro caminho que percorri, mas

que se mostrou inadequado uma vez que não existe para Bourdieu um “econômico” *tout court*, ao contrário, o econômico é um termo anfibológico na praxeologia, aparecendo sempre de maneira composta (campo econômico, capital econômico, interesse econômico). Diante dessa resposta negativa poderíamos assumir este elemento não existe. Porém, dois motivos levaram-me a considerar que abandonar o problema estava fora de questão: (i) não são poucas as passagens nas quais Bourdieu, principalmente quando se dedica a analisar relações de dominação em campos específicos, aponta para a existência um fator de interferência externo aos campos; (ii) ademais, a argumentação lógica de Macherey é demasiada forte para ser ignorada, i.e., os campos não podem apenas estar justapostos no espaço social, é preciso haver um elemento de comunicação que garanta a homologia estrutural entre os campos para que possamos concebê-los nas suas diferenças e semelhanças ou, em outras palavras, na singularidade de cada campo. Para tanto, de acordo com minhas investigações, dois elementos teóricos devem ser considerados a fim de precisar a causalidade imanente: por um lado, como se dá a lógica de conversão dos capitais e, por outro, a estrutura de dominação expressa nas posições dos agentes dominantes em todos os campos sociais. Note, não se trata de elementos externos no sentido de uma garantia de existência *exmachina*, mas de algo que é, como procurarei mostrar, imanente aos próprios campos, que se transforma, ou melhor, que se traduz no encontro com cada um deles.

Em *Os usos sociais da ciência* Bourdieu demonstra que o campo científico além de sofrer as influências de outros campos encontra-se enraizado na distribuição desigual de poder político e institucional que controla os meios de produção e de reprodução do mundo social, de modo que as determinações externas que afetam o campo são também apreendidas como externas aos próprios campos, inerentes, portanto, a distribuição desigual das posições sociais e aos recursos que essa distribuição desigual fornece aos agentes nas suas lutas históricas. Por exemplo, as condições de possibilidade de entrada no campo acadêmico tornam-se evidentes quando Bourdieu (1997) apresenta a dificuldade encontrada pelos filhos de operários (*ouvrières*) para adentrarem no campo intelectual, sobretudo naqueles espaços que se encontram quase que totalmente circunscritos ao universo escolástico, como é o caso da filosofia (BOURDIEU, 1996 [1994]: 202). Qual a relação direta entre a posse de capital econômico e a entrada no campo universitário? Direta, nenhuma, pois teoricamente estamos tratando de lógicas distintas de funcionamento.

Porém, o modo de interação entre a economia econômica e a economia simbólica ocorre a partir do que Bourdieu chamou de *alquimiasimbólica* que pode ser observada na estrutura de conversão de capitais – neste caso, capital econômico é convertido em capital cultural – coordenada pelo Estado que é, por sua vez, um espaço político dominado historicamente pelos dominantes de todos os campos⁷. Evidentemente aquilo que faz com que um agente assuma e mantenha a posição de dominante no campo econômico é distinto daquilo que faz com que outro agente assuma e mantenha a posição de dominante no campo intelectual, porém, nesta distinção é possível encontrar uma homologia entre as posições se considerarmos o papel histórico e geracional da conversão de capitais que funciona no sentido de “capital chama capital”. Tudo se passa como se, analisando historicamente, a posse de um capital assegurasse probabilisticamente – em decorrência do acesso aos meios legítimos de seleção e consagração como, por exemplo, a escola – a posse de outro capital.

A conversibilidade é necessária, pois sem ela todos os campos poderiam ser simplesmente reduzido a um, uma vez que não estaria assegurada a autonomia relativa, que responde às condições específicas de existência e funcionamento. Em outras palavras, perderíamos a riqueza e a complexidade da dinâmica de distinção social nas sociedades contemporâneas estaríamos cegos ao mecanismo de reprodução das estruturas de dominação que passa, como demonstrou Bourdieu (1979), tanto pela lógica da economia simbólica quanto pela lógica da economia econômica. A conversibilidade assume o papel de distribuição legítima de posições no espaço social e, ao mesmo tempo que preserva a singularidade de cada campo, cria condições de inteligibilidade dos mecanismos a partir dos quais os dominantes de todos os campos se relacionam entre si e, assegura a manutenção da ordem social..

A partir das consequências retiradas da análise da conversibilidade de capitais e de como ela relaciona as posições dos dominantes nos diversos campos, consigo iniciar a formalização da causalidade imanente. Inicialmente, é preciso que seja claro que o efeito que a causalidade imanente exerce sobre os agentes é sempre transformado pelo efeito de *illusio* dos campos sociais particulares, por isso o efeito de dominação (econômico e simbólico), como diz Bourdieu em *Razões Práticas*, não é direto ou exercido por um conjunto de agentes (conscientes) que chamaríamos de “classe dominante”, “mas o efeito indireto de um conjunto complexo de ações que se engendram na rede cruzada de

⁷ Tratarei com mais precisão do Estado e do campo do poder no próximo item

limitações que cada um dos dominantes, dominado assim pela estrutura do campo através da qual se exerce a dominação, sofre de parte de todos os outros” (BOURDIEU, 1996 [1994]: 52). Nesse sentido, a luta de classes aparece nos campos sociais na forma eufemizada de luta específica, isto é, *denegada* enquanto tal.

As determinações externas, invocadas pelos marxistas – por exemplo, o efeito das crises econômicas, das transformações técnicas ou das revoluções políticas – só podem exercer-se pela intermediação das transformações da estrutura do campo resultante delas. O campo exerce um *efeito de refração (como um prisma)*: portanto apenas conhecendo as leis específicas de seu funcionamento (seu “coeficiente de refração”, isto é, seu *grau de autonomia*) é que se pode compreender as mudanças nas relações entre escritores, entre defensores dos diferentes gêneros (...) ou entre diferentes concepções artísticas (...) que aparecem, por exemplo, por ocasião de uma mudança de regime político ou de uma crise econômica. (BOURDIEU, 1996 [1994]: 61)

É notório, que nenhum destes efeitos encontram-se, evidentemente, num campo em particular, pois são, como coloca Bourdieu externos a eles. Contudo, longe de negá-los, Bourdieu os submete a um prospecto mais amplo, mostrando que as determinações externas aos campos só encontram condição de realização mediante o efeito de refração exercido pela mediação da autonomia relativa dos campos. A metáfora ótica do prisma é valiosa para que possamos compreender como se dá a relação de causalidade imanente: tudo se passa como se a luta de classes em geral quando posta tal como um raio de luz sob um prisma, apresentasse diferentes cores, i.e., campos nos quais as relações de dominação se diferenciam em lutas internas regidas sob certas regras de jogo que, em última instância, seriam, no nosso modo de produção, as regras capitalistas – um só e mesmo feixe de luz –, assim como os dominantes e seus discursos seriam, em última instância, os capitalistas e o discurso capitalista. A autonomia relativa dos campos determina o “coeficiente de refração” ou de desvio que a determinação externa sofre ao atuar sobre os campos, quanto maior o grau de autonomia maior a capacidade do campo de privilegiar suas próprias regras em detrimento da determinação externa, mas da qual não escapa.

É precisamente a política da luta de classes que nos permite responder, adicionada à causalidade transitiva, ao problema da homologia estrutural entre os campos. Se, por um lado a política da luta de classes ela parece indicar alguma exterioridade que funcione como

uma garantia, por outro, na medida em que a luta de classes ocupa o papel de última instância e, ainda, que ela se resolve numa causalidade imanente, ou seja, numa causalidade que não é exterior aos campos, mas simultânea e interior a eles através do efeito metafórico do prisma, então não há em Bourdieu um princípio de garantia, nos moldes clássicos da epistemologia, o qual envolveria uma exterioridade, i.e., um elemento absoluto de autoafirmação que permitisse que os campos funcionem com mecanismos homólogos. É a modificação mesma da luta de classes na diversidade de campos que confirma sua presença seja sob a relação real nas disputas internas nos campos em sua especificidade, seja sob a forma discursiva da *denegação* no nível constitutivo das *illusiones*. Portanto, a determinação em última instância, que Macherey mostra ser inexistente, parece, ao contrário, atestar sua presença na teoria bourdieusiana, o que implica que ela é, não o econômico (campo econômico, etc.), mas fundamentalmente a política entendida como luta de classes.

Portanto, a homologia que buscamos que permite a relação mais ou menos autônoma dos campos sempre preservando tanto o que lhes é comum quanto ao seu mecanismo de funcionamento, a política, como luta de classes, é causa imanente, isto é, simultânea e complexa em conjunção com a causalidade transitiva. Isto tem como consequência reafirmar o nominalismo radical de Bourdieu, a realidade última como sendo a dos agentes, tratados sob o conceito de *habitus*, e a interação que é determinada por uma causalidade transitiva que, por sua vez, é sempre já determinada por uma causalidade imanente, ou seja, é *sobredeterminada*. Essas distinções que operamos na ordem das razões são, de fato, uma só e mesma coisa que consiste na realidade última das múltiplas relações entre os *habitus*, entretanto, que estão numa cinética constante entendida como luta de classes do ponto de vista da formação social em questão.

Os campos, assim, jamais escapam a imposição imanente do macrocosmo político da divisão de classes, mas tais pressões só se exercem na condição de serem, ao mesmo tempo, refratadas pelo grau de autonomia de cada campo. Deste modo, os campos de produção econômicos e simbólicos são, certamente, o espaço de manutenção e reprodução da ordem, pois distribuem posições e bens no espaço social de modo legítimo, i.e., determinado pelas instituições e instâncias historicamente constituídas. Diante deste dado, somos levados a questionar Bourdieu sobre qual é o papel da política da luta de classes na transformação da estrutura atual de distribuição de poder. Dada a eficácia das relações de *illusiones* dos

campos, os acontecimentos políticos, isto é, as ações políticas coletivas, efeito da luta de classe, são o resultado de uma conjuntura, ou melhor, de uma conjunção entre as condições objetivas e as disposições subjetivas. A ação determinante da última instância só apareceria como possível na teoria bourdieusiana quando a relação dialética entre as disposições dos agentes e aos acontecimentos objetivos tornam-se capazes de produzir (em todos os campos) práticas coordenadas, isto é, como um efeito de ressonância que consoa a mesma harmonia. Ocorre, como veremos mais adiante no problema da história, que a coordenação das práticas é o resultado de séries causais caracterizadas por durações diferentes – o que é fundamental para assegurar a regularidade da ordem social – sendo necessário que se conjuguem numa sincronia para produzir um efeito de conjuntura que transforme as estruturas objetivas da formação social considerada (BOURDIEU, 2000 [1972]: 277 – 278).

A causalidade imanente é o elemento estruturante da teoria bourdieusiana, no entanto, seu efeito apenas pode ser observado mediante o grau de refração imposto pelo limite estrutural dos campos. O que deve ser absolutamente claro é que a causalidade transitiva e a causalidade imanente são realmente uma só e mesma coisa, distinguidas apenas na ordem das razões, ou seja, na operação efetiva do conhecer enquanto processo em certa historicidade estrutural e conjuntural.

As práticas de Estado

Por *práticas de Estado* entendo a potência de Estado de interferir na lógica interna dos campos transpassando o grau de autonomia deles. Assim, este é o terceiro elemento que responde a questão da relação entre os campos, compreendido não como uma causalidade, uma vez que não é condição de produção dos campos, mas como uma determinação específica, pois na sua constituição histórica encontra meios para afetar estruturalmente a lógica interna dos campos.

A teorização bourdieusiana do Estado só aparece tardiamente, mais precisamente a partir dos anos noventa, quando boa parte da praxeologia encontrava-se já constituída. Ela depende do enfrentamento de três questões principais, as quais não me deterei aqui, mas que julgo pertinente ao menos apresentar, a fim compreender como o Estado, e não outra instituição social, exerce este poder na dinâmica diferencial dos campos. A primeira (i) diz respeito a dificuldade epistemológica de pensar o Estado, uma vez que ele se apresenta

como estruturante da percepção, apreciação e ação no mundo, ou seja, que ele é o principal agente no exercício do efeito de subjetividade (BOURDIEU, 2012: 13. Trad. J.M.). Diante disso, da dificuldade inerente ao objeto, a solução que Bourdieu propõe é a de “se reapropriar destas categorias de pensamento de Estado que o Estado produz e inculca em cada um de nós” (BOURDIEU, 2012: 173. Trad. J.M.). O problema passa a ser, então, o de como proceder para que seja possível esta reapropriação. A segunda questão (ii) trabalhada por Bourdieu segue neste sentido, investigando como o Estado adquiriu o poder que possui hoje, como ele se constituiu. Para tanto, Bourdieu utiliza o método da gênese a fim de desnaturalizar o Estado identificando sua formação como o espaço de lutas “onde se constituem um certo número de coisas que, uma vez constituídos, passam despercebidos” (BOURDIEU, 2012: 146. Trad. J.M.). Assim, Bourdieu nota que o Estado é o resultado de um processo histórico não linear de *concentração, universalização e diferenciação*. Todos estes movimentos ocorrem simultaneamente, sem que seja possível estabelecer uma anterioridade lógica ou real entre eles, mas, para efeito de análise, é possível pensá-los separadamente. A formação do Estado depende da *concentração* de instrumentos de legitimação, materiais e simbólicos que cria um jogo único onde havia muitos⁸. Ademais, ao concentrar diversas espécies de capital (simbólico, econômico, cultural, linguístico, de força física, etc.) e em grande volume o Estado encontra condições objetivas para funcionar como um ponto de referência para a conversão de capitais. Já a *universalização* é necessária na medida em que constitui a doxa apagando a ortodoxia que lhe dá origem. Em outras palavras a universalização transforma, por instrumentos de inculcação eficazes, um ponto de vista – o dos agentes que constituem e lucram com o Estado – como o único ponto de vista possível e existente⁹. Por fim, e concomitantemente, a permanência do Estado só pode ser assegurada porque ele se *diferenciou* em funções específicas que acumulam poder e, em

⁸ Bourdieu se refere aqui à concentração nas mãos do rei do poder que se encontrava difusos nas mãos dos senhores feudais.

⁹ A universalização é condição necessária para a dominação e, por isso, existe, segundo Bourdieu um interesse particular em fazer avançar o universal por agentes que monopolizam a palavra universal e lutam, no interior dos campos e instituições, para que aquilo que colocam como universal seja, de fato, legitimado como tal. Um exemplo dado é o da cultura dominante que se apresenta como legítima não porque é naturalmente ou intrinsecamente boa, bela e superior, mas porque foi ao longo da história legitimada e universalizada por agentes que nutriam interesse nesse processo e que tinham condições objetivas de realizá-lo. Este é o caso das tradições artísticas. Quando a história da arte elege a arte greco-romana como ponto de referência – ou de origem – de toda expressão artística ocidental, ou seja, como legítima, está simultaneamente deslegitimando todo um conjunto de produções artísticas de outros povos, está construindo uma história universal da arte que é, efetivamente, uma história particular, um ponto de vista.

contrapartida, asseguram a manutenção e a legitimação da instituição estatal¹⁰. A terceira questão (iii) examinada por Bourdieu trata da eficácia e do efeito do Estado na manutenção da ordem estabelecida, mostrando que ela decorre, por um lado, da potência de penetração dos seus instrumentos: desde o direito, passando pela burocracia (carteira de identidade, título de eleitor, carteira de trabalho, etc.), pela escola e, claro, sem esquecer do aparato policial e militar; por outro, pela existência de instrumentos inquestionáveis como, por exemplo, o mapa geográfico, a língua oficial, as referências temporais, a cultura nacional que são juntos capazes de produzir *habitus* homólogos e, portanto, retomando o primeiro ponto, tornando a forma pela qual pensamos o Estado um pensamento de Estado.

Assim, para que o Estado exerça sua função de inculcação das estruturas fundamentais de pensamento em determinado território, para que esta inculcação seja legítima e universal e, por fim, para que as estruturas de pensamento possam ser naturalizadas, é preciso que ele encontre condições objetivas para atuar sobre os diversos campos sociais de forma eficaz, interferindo e, muitas vezes, contrariando o *nomos* específico de cada campo. Isso significa que o Estado não pode possuir um peso, ou melhor, um poder equivalente ao dos outros campos: por um lado porque o Estado não é um campo, mas uma instituição e, por outro, porque ele possui instrumentos – alguns diriam tentáculos – que são condição *sine qua non* para a existência social dos agentes na formação social atual, o que não ocorre em nenhum campo em particular. Por isso, Bourdieu trata o Estado como um espaço que concentra e redistribui poder, a partir de uma rede de interdependência cada vez mais diferenciada e, sendo ele próprio um instrumento de dominação é, portanto, disputado por agentes de diversos campos. Assim existe uma concorrência entre agentes de todos os campos que “querem agir sobre este ‘meta-campo’ a fim de triunfar sobre os outros campos e também no interior do seu campo” (BOURDIEU, 2012: 489. Trad. J.M.).

O que se constitui é um espaço de poder diferenciado, que eu chamo de campo do poder. No fundo eu não sabia que eu fazia isso,

¹⁰A autonomização do campo jurídico que permanece vinculado ao poder do Estado numa relação de interdependência faz parte do processo de diferenciação. O mesmo se passa com o campo administrativo, político, e, em partes, com o campo intelectual e cultural que se relacionam com o Estado – inclusive dependem financeiramente e simbolicamente dele – mais ainda asseguram certa autonomia. Existe efetivamente um processo de fragmentação do poder; poder este que na gênese do Estado encontrava-se concentrada nas mãos do rei, de modo que, com o passar do tempo, “lá onde haviam duas pessoas, o rei e o chanceler, observamos aparecerem sete, oito, nove ou dez” (BOURDIEU. 2012: 488. Trad. J.M.).

mas eu descobri fazendo: eu gostaria de descrever a gênese do Estado e, na realidade, creio que descrevi a gênese do campo do poder, ou seja, de um espaço diferenciado no interior do qual os detentores de poderes diferentes lutam para que o seu poder seja o poder legítimo. Uma das disputas no interior do campo do poder é o poder sobre o Estado como meta-campo, capaz de agir sobre os diferentes campos. (BOURDIEU, 2012: 489. Trad. J.M.)

É preciso ainda tecer uma última consideração no que se refere ao campo do poder: nem todos os agentes sociais encontram-se nas mesmas condições de disputá-lo, pois, na medida em que os agentes são posicionados e hierarquizados de maneiras distintas e desiguais no espaço social, e que estas posições asseguram uma maior ou menor acumulação de capitais (nas suas diferentes espécies), e, considerando ainda, que é condição necessária para a disputa do Estado a posse de certos recursos materiais e/ou simbólicos, concluímos que os agentes que majoritariamente tem acesso a esta disputa e podem adentrar no campo do poder são aqueles agentes que se encontram em posições privilegiadas no interior dos seus próprios campos e que possuem, portanto, condições objetivas de disputar com os dominantes dos outros campos. Em outras palavras, os agentes que disputam o campo do poder são, na maior parte das vezes, os dominantes de seus campos de produção específicos que lutam para manter ou subverter a taxa de câmbio entre os capitais¹¹.

O que me interessa propriamente nesta análise é saber que o Estado em conjunto com o campo do poder, por cumprirem um papel fundamental de manutenção da ordem social, são capazes de interferir diretamente nas diversas instâncias e campos sociais, contrariando, inclusive, suas dinâmicas e leis próprias. Alguns exemplos são citados por Bourdieu ao longo de suas análises sobre o Estado como, por exemplo, no caso da luta pela revalorização dos diplomas na França, do estabelecimento da idade de aposentadoria, da emissão de moedas, dos incentivos fiscais, da produção de currículos escolares, etc¹². Por

¹¹ “O Estado, na medida em que acumula em grande quantidade diferentes espécies de capital, se encontra dotado de um meta-capital que lhe permite exercer um poder sobre todo capital. Esta noção que pode parecer abstrata se torna deveras concreta se nós a relacionarmos com a noção de campo do poder, lugar onde se enfrentam os detentores de capital, entre outras coisas para definir a taxa de câmbio entre as diferentes espécies de capital” (BOURDIEU, 2012: 312. Trad. J.M.).

¹² Recentemente, pensando no Brasil e no campo intelectual, eu citaria como exemplo o corte de 45% dos investimentos nas universidades públicas anunciado em agosto de 2016 pelo governo golpista, as tentativas subsequentes no início de 2016 do governador Geraldo Alckmin de transformar o piso da arrecadação do ICMS das estatais paulistas em teto, mas também, em uma perspectiva positiva, as cotas universitárias, os

isso, Bourdieu chega a afirmar que as intervenções do Estado são, no sentido da teoria pascaliana, golpes de tirania, já que elas tem a propriedade de ignorar e/ou sobrepor as normas e leis específicas de cada campo, fazendo valer suas tomadas de posição independente da autonomia interna dos campos (BOURDIEU, 2012: 349-350). Evidentemente os campos não se comportam, necessariamente, de modo passivo diante das práticas do Estado e, muitas vezes, mobilizam seus recursos materiais e simbólicos para afrontá-las. No entanto, esse embate se dá entre forças desiguais de modo que, ainda que determinado campo em determinado momento histórico logre sobre as decisões do Estado, estes momentos históricos e conjunturais são exceções, pois dada o poder acumulado e legitimado pelo Estado ao longo da sua história a autonomia relativa dos campos encontram-se em grande desvantagem em relação as práticas do Estado.

Compreendemos, portanto, que o Estado (pensado conjuntamente com o campo do poder), mesmo que não possa ser definido como uma relação de causalidade assume uma posição de destaque na lógica de funcionamento dos campos sociais, de modo que apreendemos suas práticas como uma determinação que agem e coagem a autonomia relativa destes campos, interferindo no poder de decisão dos agentes pertencentes a cada um dos campos e, conseqüentemente, na dinâmica de funcionamento dos campos sociais.

Como apreender um corpo em movimento: teoria da gênese e temporalidades plurais

O estudo da Bienal de São Paulo me defrontou ainda com um segundo desafio teórico. Este diz respeito à dificuldade própria à praxeologia de apreender um objeto em movimento que se reconfigura conjuntamente. Assim, mais que perquirir o problema da homologia estrutural dos campos a fim de identificar a lógica de produção de uma instituição marcada pelo encontro entre diversos campos, é preciso aferir se a teoria bourdieusiana nos fornece instrumentos capazes de analisar e conhecer um objeto em processo. Se, como adverti anteriormente, a dinâmica diferencial dos campos, objeto de meu mestrado, continua sendo trabalhada, ou seja, encontra-se em fase de teste, contestação e reformulação, os resultados que apresentarei a seguir sobre o problema da história em Bourdieu são deveras provisórios. Nesta condição creio que, com um pouco de

benevolência por parte do leitor, posso ao menos delinear os contornos da questão apresentando os meandros até então percorridos.

É certo que nenhum fenômeno social encontra-se parado no tempo e nada na natureza é, em realidade, fixo e imutável, portanto não tenho o objetivo de defender que a especificidade da Bienal reside no fato de que ela se modifica. Meu ponto ao selecioná-la como estudo de caso é o de apreender um tipo particular de movimento que não é exclusivo da Bienal, mas que pode ser representado por ela; trata-se de uma espécie de produção social nunca estudada por Bourdieu, que se caracteriza por ser um evento, do tipo periódico e constante, e que, justamente por esta condição, me permite desafiar a teoria bourdieusiana naquilo que, a primeira vista, lhe falta: uma concepção epistemológica de tempo histórico. A estrutura da Bienal, como uma instituição que se efetiva e se reconfigura a cada dois anos, a difere do museu no qual o acervo é fixo, pois enquanto este possui um corpo de profissionais e um conjunto de obras relativamente estável num dado momento histórico, a Bienal realiza-se e se legitima precisamente no seu caráter acontecimental. Com exceção do fundador Ciccillo Matarazzo que possuiu cargo de presidente vitalício e conduziu a Bienal até 1975 e, mais tarde, do Conselho de Honra (composto por agentes vinculados ao campo econômico e político), os responsáveis por sua execução e divulgação (presidente, diretor artístico, júri de seleção e de premiação, curador, funcionários administrativos, setor de comunicação e imprensa, educativo, funcionários de montagem, etc.) assim como os artistas nela representados alteram-se a cada mostra.

O problema, assim, se configura da seguinte maneira: (i) uma vez que a escolha do que é considerado “a boa arte contemporânea” não possui nada de natural e evidente, mas é sempre o resultado de disputas entre agentes interessados na legitimação desta ou daquela obra; (ii) uma vez que, no caso da Bienal, esta seleção não é feita apenas por agentes vinculados ao campo da arte, mas pertencentes, pelo que pude até então investigar, também ao campo econômico, político, intelectual e ao Estado; (iii) uma vez que estes agentes modificam-se, assim como se modificam os campos aos quais eles se encontram fundamentalmente vinculados— mesmo que não exclusivamente como vimos com a causalidade transitiva entre *habitus* —, e, portanto, modifica-se a estrutura do encontro entre estes agentes/campos, a forma do evento e os critérios de seleção das obras; é preciso saber se a teoria bourdieusiana é capaz de captar os processos de efetivação de um evento no qual há, de fato, um entremear de campos sociais e, pois, de agentes (*habitus*) advindos destes

campos, mas que se alteram periodicamente. Como analisar um objeto que possui 65 anos de existência e que se insere numa reflexão sobre a noção de acontecimento? Quais ferramentas precisariam ser mobilizadas pela sociologia a fim de apreender um objeto complexo, resultado de múltiplas determinações que simultaneamente possui elementos que permanecem e outros que se diferenciam de acordo com cada conjuntura histórica? Seria possível para a teoria bourdieusiana olhar para a história da produção das Bienais sem tratá-la como uma somatória de fotografias (de mostras), compreendendo-a no seu movimento temporal. Diria mais, compreendendo o movimento temporal da Bienal (Δt) como o encontro de múltiplas temporalidades ($\Delta t\alpha$, $\Delta t\beta$, $\Delta t\gamma$, etc.) entendidas aqui como os campos e instituições que fazem parte da sua produção e reprodução?

O primeiro passo para solucionar esta questão é perquirir nos estudos de Bourdieu uma concepção de temporalidade que forneça condições de formalização e de estabilização do conceito de história a fim de que ele possa ser operacionalizado pelo fazer sociológico. Nesse sentido, o trabalho desenvolvido pelo autor que mais se aproxima deste tema são seus estudos a respeito do Estado, reunidos na obra póstuma *Sur l'État*, na qual ele defende a investigação da constituição desta instituição a partir do método da gênese. Este é entendido por Bourdieu em oposição à investigação genética de *As formas elementares da vida religiosa* (1912) de Durkheim, na qual a concepção de desenvolvimento histórico estaria condenada à teleologia uma vez que considera que a estrutura contemporânea de um fenômeno social é o resultado da complexificação de elementos simples e que, por isso, seria possível, analisando as formas primitivas, apreender o que existe de mais elementar em uma instituição ou estrutura de pensamento atual – o que envolve, necessariamente uma concepção de essência. Ao contrário, Bourdieu pretende com o método da gênese perceber que a origem não é nem uma estaca zero, nem o lugar do essencial ou do elementar, mas um espaço de lutas entre agentes e posições teóricas antagônicas, no qual, nenhum resultado pode ser premeditado e tomado como certo. Aquilo que aparece hoje como uma doxa é, na verdade, uma ortodoxia, uma vez que as heterodoxias, as resistências contrárias, sempre estiveram postas em jogo como possíveis laterais que foram, no processo de constituição do Estado, derrotados e descartados.

A força da evolução histórica é a de reenviar os possíveis laterais descartados não ao esquecimento, mas ao inconsciente. A análise da gênese histórica do Estado, como princípio constitutivo de suas

categorias universalmente difundidas em sua jurisdição, tem por virtude permitir compreender a adesão dóxica ao Estado e o fato de que esta doxa é uma ortodoxia, que ela representa um ponto de vista particular, o ponto de vista dos dominantes, o ponto de vista daqueles que dominam dominando o Estado, daqueles que, talvez inconscientemente, contribuíram a fazer o Estado para poder dominar (BOURDIEU. 2012: 276. Trad. J.M.).

Ocorre que o efeito *post festum* de uma instituição, imprescindível para sua estratégia de legitimação, dominação e perpetuação, é o de apagar a sua condição de produzida, mostrando-se como natural e universal, como *allant de soi* e, pois, transformando em real e verdadeiro aquilo que não é senão parte da realidade e da verdade da coisa: a posição dos vencedores¹³. Este efeito está vinculado a um trabalho de construção da narrativa histórica que joga com a memória e com o esquecimento, transformando o ato fundacional em um mito de criação, feito a partir de um projeto objetivo e consciente dos agentes envolvidos, ausente de disputas e de possibilidades contrárias¹⁴.

¹³ Bourdieu identifica a naturalização da história de uma instituição como o que ele chama de *amnésia da gênese*: “a história destruiu os possíveis: o espaço dos possíveis não para de se fechar a cada momento, e, se você relaciona esta constatação com aquilo que disse agora pouco, observamos que a história de uma instituição implica a amnésia da gênese da instituição, que a história elimina os possíveis e os esquece como possíveis, que ela torna os possíveis impensáveis” (BOURDIEU. 2012: 187. Trad. J.M.).

¹⁴ A construção da narrativa histórica legítima como um jogo entre memória e esquecimento que se sustenta na criação mítica será analisado na pesquisa de doutorado como parte da investigação sobre produção do discurso fundacional da Bienal. Porém, adianto que foi possível notar nos discursos inaugurais de agentes vinculados à mostra duas estratégias de *denegação*: a primeira afirma que o Brasil vivia desde a semana de 1922 em um marasmo cultural e que as empreitadas do fim dos anos 1940 e início dos anos 1950 vinham com a missão de reavivar a produção artística nacional. Uma prova de como este discurso se apresenta está no artigo de Francisco Weffort, publicado pela editora da Fundação Bienal na edição comemorativa dos seus 50 anos, no qual ele afirma que “em São Paulo os ecos da Semana de 22 estavam amortecidos havia muito tempo. No bar do Museu da Arte Moderna, alguns de seus sobreviventes, Oswald de Andrade, Di Cavalcanti, Flávio de Carvalho, suspiravam seu tédio e contavam aos jovens o que fora a aventura do modernismo paulistano” (WEFFORT, In: *Bienal 50 anos*, 2001: 14). Note como o mito é eficaz cinquenta anos depois de sua fundação e o quanto desta eficácia se deve ao fato dele ser reproduzido, i.e., ser retomado a fim de reafirmar a legitimidade e a necessidade da instituição. Contudo, é preciso ponderar esta perspectiva de marasmo, pois entre a semana de 22 e a primeira edição da Bienal de São Paulo em 1951 destacam-se grupos de artistas e mostras de arte no eixo Rio-São Paulo como, por exemplo, o Clube dos Artistas Modernos (CAM) e a Sociedade Pró-Arte Moderna ambos de 1932, os salões de Maio de 1937 à 1939, o 1º Salão de Arte da Feira Nacional das Indústrias do Rio de Janeiro e o Clube dos Artistas e Amigos da Arte em 1945. A segunda estratégia de *denegação* mobilizada pelo mito da fundação vincula-se ao caráter nacionalista da arte brasileira e de suas instituições. A Bienal alinhou-se ao argumento nacional-desenvolvimentista da economia política brasileira e se apresentou como um projeto de substituição de importações culturais a fim de retirar o Brasil da posição de dependência em relação a Europa e, cada vez mais, aos Estados Unidos (ALAMBERT & CANHÊTE, 2004: 28). A proposta de fazer da Bienal uma instituição “genuinamente brasileira” que defende a arte nacional, acompanha o esquecimento e a reconstrução de uma memória sobre o passado, ou seja, o discurso opera no sentido de, ao se afirmar como o momento histórico no qual a arte verdadeiramente nacional se inaugura, acusa, simultaneamente, que tudo que veio antes não era de fato nacional, vinculado que

Diante disso, o trabalho da sociologia que o método da gênese permite é o de fazer uma operação inversa ao processo de legitimação, notando que “lá onde nos foi deixado um único possível, haviam muitos” (BOURDIEU. 2012: 186. Trad. J.M.). Assim, a posição de Bourdieusobre a história é em parte vinculada a conhecida frase de Saussure na qual este afirma que “a história não é uma recitação de fatos ocorridos, mas uma seleção de fatos pertinentes” (BOURDIEU. 2012: 152. Trad. J.M.), mas submetida a uma luta entre agentes com interesses, posições e poder distintos. Se a construção da narrativa histórica tende a apagar todas as outras no seu processo de legitimação, cabe a sociologia analisar as condições de produção de uma instituição, desvelando posições ortodoxas e heterodoxas e, ao fazer isso, ela realiza uma crítica sociológica à história, já que a história tende a esquecer os dominados.

A partir do que foi até agora exposto é possível extrair ao menos dois resultados para a investigação sobre as condições de produção da Bienal considerando sua estrutura de evento e sua duração temporal: (i) o método da gênese utilizado por Bourdieu para pensar a produção do Estado pode ser transposto para o estudo da Bienal, o que nos faz colocar em questão a história oficial contada pela Fundação e reproduzida por agentes vinculados a ela; se, por um lado, não é pertinente nem coerente fazer deste trabalho um tribunal para identificar e, menos ainda, para julgar aqueles que contribuíram para a *amnésia da gênese*, também não é possível tomar a história narrada e, mais ainda, os discursos produzidos pela própria Bienal como isentos de determinações e interesses. A análise das obras produzidas por historiadores, críticos de arte, jornalistas e, pelos materiais de divulgação da

estava com as tendências europeias e, neste caso, seu principal adversário é o modernismo de 1922. A questão é delicada e merece mais que uma nota de rodapé, contudo, pela urgência de outros pontos teóricos, me sinto satisfeita de salientar algumas contradições neste processo: (i) a Bienal de São Paulo foi construída tendo como modelo a Bienal de Veneza (MACHADO. Catálogo da I Bienal: p. 15); (ii) foi apoiada por agentes e instituições importantes do campo da arte internacional como, por exemplo a galeria Nierendorf, Nelson Rockefeller e o Museum of Modern Art (MoMa), a crítica de arte Margherita Sarfatti, pintor italiano Alberto Magnelli e, principalmente, o crítico de arte belga Léon Degand; (iii) a Bienal buscou as embaixadas de países europeus para solicitar empréstimos de artes consagradas, enviando Yolanda com carta assinada por Getúlio Vargas para fazer as negociações (cf: YOLANDA, 1976); (iv) nas primeiras seis edições (as que até então investiguei) o juri de premiação fora majoritariamente europeu, o Grande Prêmio foi dado apenas para europeus (quatro para a França, um para Itália e um para a Gran-Bretanha); (v) a forma da exposição seguiu o modelo da Bienal de Veneza – seleção e exposição por países – até 2006. Estes são alguns exemplos de relações de dependência internacional da Bienal de São Paulo, que contradizem a proposta de autonomização pela substituição de impostações. Com isso não pretendo afirmar que a Bienal é uma instituição “vendida” ao estrangeiro ou que ela “mentiu” sobre suas intenções, mas que a equivocidade faz parte de sua estrutura. Creio que isso decorra da diversidade de agentes que corroboram e disputam sua produção em cada conjuntura histórica; sendo estes agentes advindos de campos distintos, com ordens valorativas distintas, é de se esperar que existam dissonâncias de modo que a equivocidade é mais um dado de pesquisa que deve ser considerado.

Bienaldevem ser submetidos a uma crítica sociológica que recupere as disputas existentes na gênese da instituição e, como se trata de um evento, em cada conjuntura de produção – o que pode ser feito a partir dos arquivos da Fundação Bienal. Deste modo, é possível identificar os campos, as instituições e os agentes vinculados a eles, assim como a forma e o conteúdo das disputas.

Estaríamos no melhor dos mundos possíveis se não fosse o segundo resultado que extraio desta análise. (ii) Se a concepção de história em Bourdieu aponta unicamente para a análise da gênese como método de apreensão do movimento das coisas, mesmo que entendamos cada acontecimento, isto é, cada evento da Bienal como uma gênese¹⁵ não seria possível apreendê-la em sua duração temporal, pois a somatória das gêneses não seria equivalente a dinâmica do processo histórico. Existe algo que se perde quando se compreende o todo pela somatória das partes – como quando se compreende a sociedade pela somatória dos indivíduos que a compõe –, isso porque no encontro entre dois indivíduos, na própria interação, ocorre a modificação do primeiro e do segundo¹⁶. Submeta, leitor, esta lógica a uma instituição composta de muitos indivíduos e este quadro se complexifica. Em seguida, submeta este quadro complexo a uma duração temporal de mais de sessenta anos, na qual esse quadro complexo também se modifica, e estamos diante de uma dinâmica de encontros sobredeterminados na sua interação. Por isso, seguindo exclusivamente o procedimento pela gênese, continuaríamos tirando fotografias da história, fazendo um recorte espaço temporal que tem a vantagem de captar as disputas entre posições antagônicas, mas que não fornece instrumentos para entendermos estas disputas nas suas modificações dinâmicas ao longo dos anos.

Este é certamente o ponto mais complicado dos desafios que levanto sobre a teoria bourdieusiana e não pode ser resolvido com uma epistemologia exógena a ela¹⁷. O

¹⁵ Assumo este ponto como plausível apenas para efeito de análise, contudo, claramente tratar cada edição da Bienal como uma gênese seria já complicado para não dizer absurdo, uma vez que, de acordo com Bourdieu, o momento inicial das disputas é determinante para as mostras subsequentes, pois a forma(ção), na sua composição primeira, permanece atuante e determinante para a história da instituição, ou seja, mesmo que esta forma(ção) se modifique conforme se modificam os agentes presentes, seu campo de atuação, a posição do Estado e a política da luta de classe, seria impossível que em cada mostra a Bienal retornasse ao princípio.

¹⁶ Brincando um pouco com a matemática poderia dizer que $1 + 2$ não é igual a 3, mas sim a $1^2 + 2^2$.

¹⁷ Jacques Bidet, para resolver o problema da temporalidade em Bourdieu argumenta que a praxeologia bourdieusiana está submetida ao materialismo histórico. Não digo que esta hipótese deve ser descartada, mas é preciso demonstrar como isso se resolve epistemologicamente. Percorri, no início de minha investigação, um caminho igualmente equívocado quando procurei solucionar esta questão a partir da noção de conjuntura histórica (longa e curta duração) proposta pela *École des Annales*, em particular me apoiando em Fernand Braudel, mas também, em George Duby que reintroduz a pesquisa do eventual. No entanto, este procedimento

problema está centrado na ideia de *devoir* que a análise da gênese deixa escapar por concentrar-se num recorte temporal sincrônico. Quando pensamos em *devoir*, em um *vir a ser*, estamos perquirindo a possibilidade de formalizar o processo histórico em termos sociológicos. Contudo, a análise de um processo, como demonstrou Bourdieu inúmeras vezes, não pode resolver-se em uma teleologia, isto é, não é porque existe um processo que ele é necessariamente linear e finalístico. Como, então, pensar um processo que não esteja atrelado a um continuísmo? Creio que a resposta possa ser encontrada na própria teoria bourdieusiana se tomarmos como base da reflexão dois conceitos-chave que dizem respeito às possibilidades de interação social: a *lógica dos possíveis* que se vincula às determinações constituídas pela trajetória individual de cada agente e que serve como orientação para o *habitus* e o *espaço de possíveis* que designa as possibilidades inscritas em determinado campo de produção social, formadas a partir da historicidade do campo e do estado atual das disputas. Ainda que sejam designados por nomes diferentes, percebo ambos, no que diz respeito a sua lógica epistêmica, como uma e mesma coisa vistas sob dois pontos de vista distinto. Tanto a ordem de possibilidades dos campos quanto a ordem e possibilidades dos *habitus* eliminam o finalismo na medida em que não é possível estabelecer uma relação causal necessária entre o presente e o futuro subsequente. Em outras palavras, o *vir a ser* está objetivamente marcado por um conjunto de possibilidades que não são infinitas (uma vez que determinadas pela história), mas que são várias, não comportando, portanto, uma noção de processo histórico teleológico. A partir disso, podemos assumir para o caso da Bienal que a análise pelo método da gênese nos fornece o espaço de possíveis da instituição no seu presente histórico. Mostra ainda que o esse espaço de possíveis é resultado da presença – penso que também da ausência, mas esta é outra reflexão que não terei condições de desenvolver aqui – de determinados agentes que se encontram vinculados a certos campos e que possuem, por sua vez, também um espaço de possíveis e determinam nesta conexão complexa os possíveis e impossíveis para as próximas Bienais. O *devoir* seria, deste modo, uma condensação de possibilidades que podem ser convergentes ou divergentes, contraditórias ou assimiláveis, mas que em todo caso determinam, numa estrutura complexa, o futuro da Bienal.

mostrou-se uma escolha puramente descritiva de recorte temporal que, ao menos para a sociologia, não fornece instrumentos conceituais necessários para apreender o movimento dos fenômenos sociais.

Ademais, por mais que a Bienal de 1951 (B.I) estructure um espaço de possíveis que oriente a Bienal de 1953 (B.II) esta passagem não está esta isenta de transformações contingenciais uma vez não se pode prever com segurança como se dará a combinação entre os possíveis envolvidos nas três instâncias mencionadas (Bienal, agentes e campos/Estado) e, mais precisamente, porque o encontro entre estes possíveis em cada conjuntura história não é uma somatória dos possíveis, não é uma equação matemática, mas uma transformação e uma reorganização deles na sua singularidade e também sujeita a transformações estruturais decorrentes da causalidade imanente¹⁸.

Retomando este problema de uma outra chave de leitura creio que posso me fazer um pouco mais clara. Compreendo que a quando tratamos da história da Bienal estamos tratando de uma temporalidade; esta tem uma origem (no sentido anteriormente colocado de um espaço de lutas entre agentes com posições antagônicas) e uma duração. A duração não é a continuação do mesmo, mas uma repetição diferenciada que se expressa em cada Bienal. A diferenciação e a repetição decorrem de inúmeros fatores. Começando pela repetição poderemos dizer que ela se deve em grande medida à estruturação originária da Fundação que atua como uma determinação mais ou menos coerente e unívoca de como as coisas devem proceder – quero dizer com isso que a Bienal de Arte de São Paulo não pode ser, em uma edição, uma mostra de arte contemporânea e, na subsequente, uma exposição sobre os avanços da química orgânica e, em uma outra ainda, uma feira de carros de luxo. A fundação de uma instituição cumpre o papel, como o próprio nome diz, de fundar uma determinada estrutura que serve como referência para a sua continuidade. Mas, como foi demonstrado, a história da Bienal não é um processo linear e teleológico na medida em que tratamos de uma instituição multideterminada e que, em cada uma das suas determinações, carrega um conjunto de possibilidade futuras oriundas dos agentes envolvidos, das transformações estruturais dos campos e do Estado e do estado atual da política da luta de classes. A diferenciação consiste precisamente na combinação singular que cada Bienal

¹⁸Analisando a história da Bienal encontrei dois momentos nos quais transformações da política econômica mostraram-se efetivas na produção da Bienal, alterando sua estrutura anterior e reorganizando a produção e seleção das obras. O primeiro ocorre com o golpe de Estado em 1964 frente ao qual a Fundação não se posiciona contrária e, ainda, adere orientações do governo militar para não selecionar obras com que contenham críticas políticas, o que move um boicote internacional em 1969 à Bienal mobilizado por Mário Pedrosa que dura pouco mais de dez anos e resulta na perda da legitimidade alcançada pela instituição na década de 1950. O segundo momento pode ser compreendido com o da política neoliberal dos anos 1990 que reestrutura a Fundação como um megaevento alinhado-a ao mercado de internacional de arte. De maneira sintomática Nelson Aguilar, curador das Bienais de 1994 e 1996 afirma: “fiz essa Bienal para provar que o mercado não acabou com a arte. Mercado é consequência” (ALAMBERT & CANHÊTE, 2004: 197).

representa uma vez que as diferentes temporalidades que a constituem podem estar em consonância ou dissonância quando postas em relação. Em outras palavras, minha hipótese é de que cada um dos campos e o Estado envolvidos na produção da Bienal são uma temporalidade singular que na sua história constituem e organizam um espaço de possíveis com valores, capitais, regras de jogo, etc. distintos. Compreendo ainda que cada agente que participa da produção da Bienal, enquanto proveniente de um destes campos ou do Estado, carrega consigo a lógica deste campo, mas constitui, evidentemente, ele mesmo uma temporalidade, pois sua relação com o campo é de homologia e não de igualdade (o agente não é o campo). Decorre deste raciocínio que cada Bienal é o efeito de uma combinação de temporalidades ($\Delta\alpha$, $\Delta\beta$, $\Delta\gamma$, etc.) que se expressam univocamente nem cada uma das Bienais (Δt^1 , Δt^2 , Δt^3 , (...) Δt^{32}) mas que se analisadas individualmente apresentam equívocos significativas que podem ser matéria para apreender a diferenciação entre as mostras e a relação de poder entre os agentes/campos envolvidos.

Assim, a Bienal apresenta-se como um objeto de análise sociológico extremamente rico que coloca em prova os alcances das categorias sociológicas bourdieusianas, do mesmo modo que estimula a solução de problemas fazendo avançar a praxeologia.

Bibliografia

ALAMBERT, Francisco; CANHÊTE, Polyana. *Bienais de São Paulo: da era do Museu à era dos curadores*. São Paulo: Boitempo, 2004.

ALTHUSSER, Louis. *Pour Marx*. Paris: François Maspero, 1965.

BALIBAR, Etienne; MORFINO, Vittorio. “Introduzione al transindividuale”. In: *Soggetti, relazioni, mutazioni*. Org. Étienne Balibar e Vittorio Morfino. Milano: Mimesis, 2014.

BOURDIEU, Pierre; WACQUANT, Loïc J. D. *Réponses: pour une anthropologie réflexive*. Paris: Seuil, 1992.

BOURDIEU, Pierre. *La Distinction: critique sociale du jugement*. Paris: Editions de Minuit, 1979.

_____. *Homo academicus*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1984.

_____. *L'ontologie politique de Martin Heidegger*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1988 [1975].

_____. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas, SP: Papyrus, 1996 [1994].

_____. *Esquisse d'une théorie de la pratique: précédé de trois études d'ethnologie kabyle*. Paris:Seuil, 2000 [1972].

_____. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo, SP: Editora da UNESP, 2004 [1997].

_____. *O Senso Prático*. Trad. Maria Ferreira. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011 [1980].

_____. *Sur l'État. Cours au Collège de France (1989-1992)*. Paris: Seuil, 2012.

CHANTAL, Jacques. *Les transclasses ou la non reproduction*. Paris: PUF, 2013.

DURKHEIM, Émile. *As formas elementares da vida religiosa: o sistema totêmico na Austrália*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

MACHEREY, Pierre. *Histoires de dinosaure: faire de la philosophie 1965-1997*. Paris: Presses universitaires de France, 1999.

PENTEADO, Yolanda. *Tudo em cor-de-rosa*. São Paulo: edição da autora, 1977.

WEFFORT, Francisco. "A Bienal de Ciccillo". In: *Bienal 50 anos, 1951-2001*. Org. Agnaldo Farias. São Paulo: Fundação Bienal de São Paulo, 2001

ZIZEK, Slavoj (Coaut. de). *Mapping ideology*. London: Verso, 1995.

_____. *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.